

www.igepp.com.br

**Equipe IGEPP
Online**

**Simulado
BLOCO 07**

**Gestão Governamental e Administração
Pública**

CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO
*Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais (P1) e
Prova Discursiva (P3)*



SIMULADO 07 DE ABRIL DE 2024
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO 2024

BLOCO 07 - Gestão Governamental e Administração Pública

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões estilo Cesgranrio focadas no edital EDITAL N.º 07/2024 - CPNU, 10 DE JANEIRO DE 2024
- 2 - A prova objetiva de Conhecimentos Gerais (P1), de caráter eliminatório e classificatório, comum a todos os blocos, compreende 20 (trinta) questões de múltipla escolha, e foi elaborada de acordo com os conteúdos programáticos apresentados no Anexo IV do EDITAL N.º 07/2024, 10 DE JANEIRO DE 2024.
- 3 - Cada questão das Provas objetivas apresentará cinco alternativas (A; B; C; D e E) e uma única resposta correta.
- 4 - A Prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, compreende uma questão dissertativa de acordo com os conteúdos dos conhecimentos específicos apresentados no Anexo IV do EDITAL N.º 07/2024, 10 DE JANEIRO DE 2024.

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Sobre a tipologia de políticas públicas, considere a notícia abaixo:

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.601/23, que recriou o programa Bolsa Família. A norma teve origem na Medida Provisória 1164/23, aprovada pela Câmara no final de maio e pelo Senado no início de junho. O texto foi publicado no Diário Oficial da União nesta terça-feira (20).

Segundo a lei, a família beneficiada recebe R\$ 142 para cada integrante pelo Benefício de Renda e Cidadania. Se mesmo assim a soma dos benefícios na família for inferior a R\$ 600, ela recebe um benefício complementar para garantir que a renda chegue a esse valor mensal.

Além disso, família com menores de sete anos de idade tem direito a R\$ 150 para cada criança. O programa também dá R\$ 50 para cada familiar que tenha entre 7 e 18 anos incompletos ou que seja gestante ou lactante. Essas complementações são chamadas de Benefício Primeira Infância e Benefício Variável Familiar.

Para poderem receber e continuar com direito à Bolsa Família, devem ser cumpridas condicionalidades relativas a:

- realização de pré-natal;
- cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- acompanhamento do estado nutricional para crianças com até sete anos incompletos;
- frequência escolar mínima de 65% para crianças de 4 a 6 anos incompletos; e
- frequência escolar mínima de 75% para beneficiários com idade de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Theodore J. Lowi desenvolveu a mais conhecida das classificações de políticas públicas, dividindo-as em quatro tipos: distributivas, regulatórias, redistributivas e

constitutivas. O programa Bolsa Família seria classificado como:

- (A) Regulatória
- (B) Distributiva
- (C) Constitutiva
- (D) Redistributiva
- (E) Enunciativa

2. Sobre o ciclo de políticas públicas, considere o texto abaixo:

Nesse estágio do processo político-administrativo faz-se a identificação, o refinamento e a formalização das opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos no estágio anterior. Nesse estágio do desenvolvimento da política, conduz-se uma avaliação inicial sobre a viabilidade das opções políticas. Envolve a identificação e a determinação das possíveis soluções para os problemas políticos ou, para dizê-lo de outra maneira, a exploração das várias opções ou cursos alternativos de ações disponíveis para enfrentá-los.

HOWET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p.123.

Adaptado

Essa descrição se refere integralmente ao seguinte estágio de uma política pública:

- (A) Avaliação de política: policy-making como aprendizagem
- (B) Montagem da agenda: a construção dos problemas
- (C) Tomada de decisão: escolhas positivas e negativas
- (D) Implementação de política: atores e atividades
- (E) Formulação política: instrumentos e design

3. A literatura sobre o tema mostra que a descentralização das políticas públicas no Brasil enfrenta diversos desafios, vários deles listados a seguir, EXCETO:

- (A) são profundas as desigualdades entre estados e entre municípios de um mesmo estado, tanto em termos de suas necessidades quanto dos recursos fiscais para atendê-las, restando ao governo federal o papel de tentar compensar essas diferenças;

(B) nos últimos anos, como regra, os sistemas municipais de políticas públicas têm sido exitosos em estabelecer redes de articulação regional, logrando aumentar a eficiência das políticas públicas;

(C) a atuação do governo federal e dos governos estaduais em relação aos municípios tem que se conformar aos limites impostos pela autonomia e os direitos dos governos subnacionais e pela barganha e o pluralismo indispensáveis ao relacionamento intergovernamental.

(D) faltam estratégias eficazes para tornar o comportamento das instituições e dos atores políticos mais cooperativo e menos competitivo a fim de maximizar a efetividade das políticas públicas.

(E) ainda não se logrou a consolidação e a disseminação de mecanismos de avaliação e monitoramento, que poderiam tornar as políticas públicas mais eficientes, dar visibilidade aos resultados alcançados e promover aprendizado institucional.

4. No que se refere ao arranjo institucional de formulação e implementação da política de saúde, marque FALSO (F) ou VERDADEIRO (V), depois assinale a sequência correta:

() A direção do Sistema Único de Saúde é única em cada esfera de governo, ouvidas as Comissões Intersetoriais e as Comissões Intergestores Bipartite.

() A transferência dos serviços para a esfera municipal não significa somente “prestação dos serviços”, mas deve expressar a autonomia do município nas decisões relativas à saúde dos seus habitantes.

() No SUS, as ações e serviços de saúde, são prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como pela iniciativa privada quando necessário para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, sempre mediante contrato ou convênio.

() A participação da comunidade na gestão do SUS está fundada em três instâncias colegiadas – a Conferência de Saúde, a Comissão Intergestores Tripartite e o Conselho de Saúde – em cada esfera de governo.

- (A) F-V-F-V
- (B) V-F-V-F
- (C) V-F-F-V
- (D) F-V-V-F
- (E) F-F-V-V

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

5. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República e acerca do Presidencialismo como sistema de governo: noções gerais, capacidades governativas e especificidades do caso brasileiro, julgue os itens a seguir:

I - Os dezesseis anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), marcados por relações majoritariamente instáveis e conflituosas entre Executivo e Legislativo, serviram para confirmar os prognósticos pessimistas que abundavam nas análises da terceira onda de democratização que alertavam, por exemplo, sobre a “difícil combinação” de presidencialismo e multipartidarismo”.

II - De acordo com o conceito de "presidencialismo de coalizão", conforme formulado por Sérgio Abranches, o presidente, ao assumir o cargo, se vê diante da necessidade de formar alianças políticas para governar eficazmente. A formação de maiorias no Congresso Nacional para aprovar legislação e implementar suas políticas não é automática, exigindo intensa negociação com partidos políticos e parlamentares de diferentes grupos e ideologias. O ambiente multipartidário e fragmentado impõe custos adicionais a esse processo. O federalismo, por sua vez, é um componente fundamental do sistema político brasileiro que suaviza o dilema institucional brasileiro.

III - A judicialização da política no Brasil, fenômeno observado também em várias democracias contemporâneas, está associada à ideia de que o Judiciário passou a atuar em diversas questões antes alheias às funções primárias da jurisdição, desde questões atinentes ao processo democrático, às relativas a competências administrativas e legislativas dos outros Poderes e mesmo ao processo de implementação de políticas públicas. Essa crescente intervenção de juízes e demais atores do sistema judicial têm implicações significativas para o equilíbrio de poderes e o funcionamento do sistema político do país.

Somente está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.

- (D) I e III.
- (E) II e III.

6. Acerca da consolidação da democracia, representação política e participação cidadã, considere o texto a seguir:

Os princípios representativos fundamentam a legitimidade dos regimes, a formação da autoridade, os arranjos institucionais e as formas de vinculação entre os cidadãos e o poder nas democracias contemporâneas. Todavia, o tema da crise de representação está presente hoje não só nos debates acadêmicos como nos meios políticos de todos os países democráticos. É amplamente reconhecido que as eleições são instrumentos insuficientes de expressão da soberania popular, de responsividade e de representatividade dos governantes. O peso desmesurado do poder econômico, a corrupção relacionada ao financiamento de campanhas, a desproporcionalidade na tradução de votos em cadeiras, entre outros, questionam os parlamentos como espaços de representação. Além disso, o declínio acentuado do comparecimento às urnas na maior parte das democracias indica igualmente que os partidos são cada vez menos capazes de representar opiniões, interesses, valores e, sobretudo, as novas identidades que surgem nas sociedades atuais, em processo de profundas transformações no mundo do trabalho e no plano da cultura. (PRZEWORSKI, STOKES & MANIN, 1999a; MIGUEL, 2003; LAVALLE, HOUTZAGER & CASTELLO, 2006)

Maria Rita Loureiro. **Interpretações contemporâneas da representação**. Revista Brasileira de Ciência Política. n.º1. Brasília, jan.-jun./2009, p. 63.

Tendo o texto acima como referência inicial, marque o enunciado incorreto:

(A) A institucionalização de arenas de comunicação e controle continuados entre a sociedade e os representantes (como por exemplo, conselhos de gestão e fiscalização de políticas públicas, agências formativas de opinião pública, entre outros) tanto na esfera legislativa como na executiva (e em sua burocracia encarregada de implementar as políticas públicas) são exemplos de iniciativas que podem

aperfeiçoar o vínculo entre representantes e representados, durante os mandatos.

(B) Considerando "eficácia legislativa" como a habilidade que um parlamentar possui em avançar com um projeto de lei oriundo de sua agenda política através do processo legislativo, transformando-o em lei, há evidências de que fatores como financiamento de campanha, o gênero ou ser membro da coalizão do Executivo não apresentaram relação significativa com a variável eficácia, a despeito de hipóteses em sentido contrário nos estudos legislativos contemporâneos.

(C) Do ponto de vista do incremento na representação das mulheres, há evidências empíricas, em estudos legislativos no Brasil, apontando que as conquistas das mulheres ainda são incipientes, a começar pelo baixo percentual que ocupam nas casas legislativas.

(D) No âmbito da democracia deliberativa, há uma corrente que defende a representação por discurso, que seria viável nos casos em que a representação de indivíduos não seja possível, a exemplo do debate de questões internacionais, em que é difícil definir demos.

(E) A judicialização da política, entendida como a ampliação das áreas de atuação dos tribunais pela via do poder de revisão judicial de ações legislativas e executivas, baseado na constitucionalização de direitos e dos mecanismos de *checks and balances*, é entendida pela literatura como um fator determinante do aprimoramento da representação política.

7. As legislações específicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, da Juventude, do Idoso, e a Lei Brasileira de Inclusão, refletem o reconhecimento da interseccionalidade nas vulnerabilidades sociais, abordando a complexidade das experiências de indivíduos que pertencem a múltiplos grupos marginalizados. Essas legislações buscam não apenas proteger, mas também empoderar, garantindo direitos e promovendo a inclusão. Diante dessa perspectiva, como a interseccionalidade influencia a eficácia dessas legislações na proteção e promoção dos direitos de grupos vulneráveis?

(A) Pela simplificação das questões sociais, tratando todas as formas de vulnerabilidade da mesma maneira.

(B) Ignorando as diferenças entre grupos vulneráveis para promover uma política de igualdade "universal".

(C) Reconhecendo e abordando as múltiplas identidades e experiências de opressão, tornando as políticas mais inclusivas.

(D) Priorizando determinados grupos vulneráveis em detrimento de outros, criando hierarquias de proteção.

(E) Limitando o escopo de aplicação das políticas públicas a contextos urbanos, desconsiderando a diversidade regional.

8. As políticas afirmativas, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, representam um esforço para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social de grupos racializados. Embora essas políticas tenham contribuído para avanços significativos, a discussão sobre sua eficácia e justiça permanece relevante. Considerando o objetivo de promover a igualdade racial, qual é o principal desafio enfrentado pelas políticas afirmativas no Brasil?

(A) A aceitação universal das cotas como solução definitiva para o racismo estrutural, sem necessidade de outras políticas complementares.

(B) A resistência de setores da sociedade que questionam a legitimidade e a justiça dessas medidas, alegando a promoção de "inversão de discriminação".

(C) O foco exclusivo em cotas raciais, desconsiderando outras dimensões da desigualdade, como socioeconômicas.

(D) A implementação de cotas apenas no ensino superior, sem abordar desigualdades no acesso e na qualidade da educação básica.

(E) A promoção de políticas afirmativas apenas em áreas urbanas, ignorando as realidades e necessidades das populações rurais e periféricas.

ÉTICA E INTEGRIDADE

9. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 1.171/1994, estabelece uma série de deveres para com a ética no serviço público. Dentre os itens abaixo, qual NÃO é considerado um dever do servidor público segundo este código?

(A) Desenvolver suas atividades com rapidez, perfeição e rendimento.

(B) Ser probo, íntegro, e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter.

(C) Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade.

(D) Recusar fé a documentos públicos.

(E) Exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas.

10. De acordo com o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata da governança pública e sistemas de governança no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, qual das seguintes afirmações melhor descreve o conceito de governança pública?

(A) É o conjunto de medidas restritivas para controle absoluto dos atos administrativos.

(B) Refere-se exclusivamente à gestão de recursos financeiros do Estado.

(C) É o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

(D) Trata-se da aplicação de processos administrativos sem a participação popular.

(E) Envolve apenas a transparência e a fiscalização de atos do governo, desconsiderando a participação cidadã.

11. A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), foi um marco para a transparência pública no Brasil. Qual dos seguintes princípios NÃO está diretamente associado aos objetivos dessa lei?

(A) Garantir o acesso à informação de forma clara e precisa, permitindo ao cidadão pleno exercício da cidadania.

(B) Promover a transparência ativa, por meio da divulgação de dados de interesse público, independentemente de solicitações.

(C) Restringir o acesso à informação aos casos estritamente vinculados à segurança nacional.

(D) Estimular o controle social da administração pública.

(E) Fortalecer a gestão democrática por meio da participação popular.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

12. Considere o texto referente à comunidade LGBT. A Constituição Federal elenca em seu Artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do

Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-paraconhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade,

- (A) a adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- (B) a homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- (C) o Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- (D) o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- (E) as presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.

13. Considere o texto sobre desigualdade e gênero. A perspectiva dos cursos de vida se concentra em explicar como alguns eventos da vida social, como formação e dissolução familiar (casamento, filhos, separação, recasamentos, viuvez), idade, aquisição de maiores níveis de escolaridade, podem afetar o uso do tempo em trabalho doméstico e cuidados não remunerados. Essa perspectiva inclui diferentes aspectos dos eventos que a compõem, como o tipo de casamento (se entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, se formal ou não), a duração de uniões conjugais, a idade e o número de filhos, entre outros. Tais eventos da vida familiar interagem com outros fatores, como a atividade econômica, o contexto social, político e econômico e as normas vigentes de gênero, que, em alguns casos, incluem

comportamentos compensatórios para neutralização de desvios de gênero. Assim, além do curso de vida, outros fatores, tais como a disponibilidade de tempo, os recursos relativos — teoria da barganha —, além das normas e valores de gênero, condicionam as desigualdades entre homens e mulheres.

PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; COSTA, J.; BARBOSA, A. **Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 9. (Texto para Discussão, n. 2920). Adaptado.

No Brasil, considerando o mundo do trabalho doméstico em relação à variável de gênero, verifica-se que

- (A) o impacto das crianças na jornada reprodutiva das mulheres é maior do que na dos homens.
- (B) o cuidado com idosos aumenta igualmente a carga de trabalho reprodutivo de homens e mulheres.
- (C) a posição no curso de vida tem um efeito muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre os homens.
- (D) as mulheres responsáveis pela maior parte da renda do casal têm menor carga de trabalho doméstico.
- (E) as meninas e os meninos gastam tempo equivalente em trabalho doméstico não remunerado.

14. No que concerne às políticas públicas voltadas para a proteção dos interesses de grupos vulneráveis, assinale a única alternativa incorreta.

- (A) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.
- (B) O presidente Lula e o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, assinaram, o decreto que regulamenta a Lei Padre Julio Lancellotti, que proíbe arquitetura hostil em espaços públicos.
- (C) Empresas com mais de 100 funcionários deverão preencher o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Disponível na área do empregador do Portal Emprega Brasil, na página do Ministério do Trabalho e Emprego, o documento tem como objetivo apurar diferenças salariais entre homens e mulheres nos mesmos cargos e funções.
- (D) Pela primeira vez em 55 anos de história, o órgão federal responsável pela política indigenista brasileira será presidido por uma mulher indígena. A advogada Joenia Wapichana estará à frente da Fundação

Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à qual cabe a proteção e promoção dos direitos das diferentes etnias do país.

(E) O Programa Pé-de-Meia tem por finalidade coordenar, gerir e executar o incentivo financeiro-educacional, na modalidade poupança. O Programa é destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino fundamental público e oferece incentivos relacionados a matrícula, frequência, conclusão escolar e à participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

15. O art. 37 da CF/1988 dispõe sobre os princípios gerais que se aplicam à Administração Pública, quais sejam legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em decorrência de tal dispositivo, foi editada a Súmula Vinculante nº 13, que trata de situações legais de nomeação de parentes e de nepotismo. Sobre o assunto, marque a alternativa correta:

I. É vedada à autoridade a nomeação de filho por adoção para o exercício de cargo em comissão em autarquia.

II. A nomeação de bisneto do cônjuge não se enquadra na definição de nepotismo adotada pelo STF.

III. O cônjuge do sobrinho, por se tratar de terceiro grau de parentesco, e apenas por afinidade, pode ser nomeado para função de confiança, pois não viola o princípio da legalidade.

IV. A Súmula vinculante nº 13 esgota as possibilidades de nepotismo na Administração Pública e tem obediência obrigatória por todos os Poderes.

V. A Súmula Vinculante nº 13 aplica-se a todas as esferas da Administração Pública, seja municipal, estadual, distrital ou federal, e aos seus três Poderes.

- (A) Todas as alternativas são falsas.
- (B) São falsas as alternativas II, III, IV e V.
- (C) São verdadeiras as alternativas I, IV e V.
- (D) É verdadeira somente a alternativa I.
- (E) São falsas as alternativas II, III e IV.

16. O Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 representa um marco significativo na estruturação da Administração Federal brasileira pois estabeleceu as bases para a organização e funcionamento do aparato administrativo do governo.

Assinale a opção que compreende o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da

Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

- (A) Empresa pública.
- (B) Sociedade de economia mista.
- (C) Fundação pública.
- (D) Autarquia.
- (E) Agência reguladora independente.

17. Maria Clara, servidora pública, recentemente foi chamada pelo seu chefe direto para tratar de algumas questões relacionadas ao seu comportamento no ambiente de trabalho. Diante de um documento que estava sobre a mesa, Maria Clara percebeu que ali estavam descritas algumas possíveis penalidades a serem aplicadas a servidores públicos, conforme a Lei n. 8.112/1990. Com isso em mente, avalie se, de acordo com o Art. 127 da referida lei, são penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor:

I – advertência.

II – suspensão.

III – demissão.

Assinale a opção que indica todas as penalidades corretas:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

FINANÇAS PÚBLICAS

18. Considere os dispositivos legais que tratam dos conteúdos dos instrumentos de planejamento e faça as associações pertinentes.

(1) PPA

(2) LDO

() condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

() despesas relativas aos programas de duração continuada;

() estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública;

() política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento ;

() plano de médio prazo;

A sequência correta é:

- (A) 1 – 1 – 2 – 2 – 1;
- (B) 2 – 1 – 1 – 2 – 2;
- (C) 1 – 1 – 1 – 2 – 2;
- (D) 2 – 1 – 2 – 2 – 1;
- (E) 2 – 2 – 1 – 2 – 1.

19. Lei Orçamentária Anual é uma peça

- (A) Orçamentária tática de médio prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de fixações receitas e estimativas de despesas.
- (B) Orçamentária estratégica de curto prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio das estimativas de receitas e fixações de despesas.
- (C) Financeira operacional de longo prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de estimativas de receitas e fixações de despesas.
- (D) Orçamentária operacional de curto prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de estimativas de receitas e fixações de despesas.
- (E) Financeira tática de longo prazo, a qual estabelece os orçamentos dos governos federal, estadual, distrital e municipal por intermédio de fixações de receitas e estimativas de despesas.

20. A Constituição Federal (art. 145, II) autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Quanto à base de cálculo das taxas, a Constituição apenas veda ao legislador a adoção da mesma base, própria dos impostos (art. 145, § 2º). A construção de uma baliza para a base de cálculo das taxas leva à ponderação entre custo da atividade estatal e valor da taxa para a construção da base de cálculo possível a ser escolhida pelo legislador ordinário para esse tributo. Com vistas ao balizamento do valor desse tributo, o legislador deve fazer uso do princípio da

- (A) legalidade estrita
- (B) razoável equivalência
- (C) solidariedade social
- (D) taxatividade tributária
- (E) proibição do confisco

DISCURSIVA

Texto 1

A criação de um Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) faz parte do projeto do presidente Lula de aumentar as capacidades do Estado e ampliar a entrega de políticas e serviços à população. Nossa missão é fomentar a transformação e inovação do Estado numa direção republicana e democrática, com mais participação social, planejamento e eficiência[...]

O MGI[...] traz no nome a centralidade da inovação, sinalizando a intenção de avançar nas tecnologias, no conhecimento e nos talentos, para atualizar a administração pública e entregar a todas as pessoas um acesso equânime, seguro e fácil aos serviços.

A inovação passa pela transversalidade, intersectorialidade e interseccionalidade no ciclo da política pública. Temos atuado para identificar as diferenças e propor canais e formas de serviços públicos digitais e presenciais que atendam às populações em sua diversidade, considerando contexto urbano, rural, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos negros, das mulheres, da população LGBTQIA+ e de outros grupos sociais.[...]

Pelo aspecto da tecnologia, o MGI é responsável pela coordenação da política de governo digital, pela digitalização e melhoria da qualidade dos serviços. Estamos em um momento crítico na jornada de transformação digital do setor público, e precisamos estar dispostos a inovar e a aprender. Estamos ampliando as parcerias nos três níveis de governo e com o ecossistema de inovação do país, que inclui empresas, academia e movimentos sociais[...]

Por: **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**

Link: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/governo-quer-a-201ctransformacao-do-estado-numa-direcao-democratica201d>

Texto 2

A construção de capacidade inovadora na administração pública é considerada fundamental para enfrentar os problemas públicos, cada vez mais complexos, incertos e transversais, e/ou aprimorar continuamente as ferramentas de gestão (OCDE,2015).[...]

Nas últimas duas décadas, as grandes reformas administrativas foram substituídas por esforços de melhorias constantes e graduais, micro-improvements ou inovações na era do pós-New Public Management (NPM) tanto em nível global (Cavalcante, 2017) quanto doméstico (Cavalcante, 2018; 2019b). Nesse contexto, as inovações ganharam dimensão estratégica e se materializam no setor público a partir da combinação de diferentes tendências nos processos de formulação e implementação, tais como colaboração; redes; accountability e transparência; visão holística e integrada; engajamento social; coordenação; entre outras (Cavalcante, 2018; 2019b).[...]

Outro elo nos estudos de governança e inovação é a presença dos princípios de colaboração, parcerias ou coprodução na implementação das políticas públicas. O componente colaborativo é recorrente, embora longe de ser uniforme, pois varia em termos de atores/organizações e formas de interação entre eles, como também nos instrumentos de gestão e/ou coordenação adotados. Boa parte das iniciativas inovadoras e arranjos de governança

em redes ou híbridos se materializam em parcerias a partir de processos dinâmicos, com constantes esforços pautados em tentativa e erro e, principalmente, aprendizagem, como ficam evidentes nas reflexões sobre governança pública em diferentes perspectivas – regulatória, multinível, corporativa, entre outras (Ipea, 2018), bem como nos casos de inovação em distintos níveis de governo e áreas de políticas e gestão (Cavalcante, 2019a).

CAVALCANTE, P. **Governança e Inovação em Políticas Públicas: intersecções de uma fértil agenda de pesquisa**. IPEA. Boletim de Análise Político-Institucional | n. 29 | Jun. 2021. Adaptado.

A inovação na gestão pública é essencial para atender às diversas necessidades e demandas dos cidadãos em sua plena diversidade. Isso envolve desenvolver políticas e serviços inclusivos, considerando contextos urbanos e rurais, bem como grupos sociais específicos, como povos indígenas, quilombolas, negros, mulheres, população LGBTQIA+ e outros. A inovação possibilita a criação de soluções mais eficazes e equitativas, promovendo a igualdade de oportunidades, o respeito aos direitos e a inclusão social.

Nesse contexto e considerando que os textos oferecidos têm caráter motivador de reflexão, redija **um texto dissertativo de 35 a 45 linhas**, refletindo sobre o papel e o impacto da inovação na provisão dos serviços públicos para toda a sociedade, cuja fundamentação contemple necessariamente os seguintes aspectos, mas não necessariamente nesta ordem:

- O papel do Estado na promoção e indução de práticas inovadoras considerando a diversidade e as desigualdades socioeconômicas do país e os diferentes contextos sociais e regionais;
- Exemplos de iniciativas específicas que demonstram melhorias para a população resultantes de ferramentas e estratégias de inovação;
- A importância da coordenação intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade na materialização de estratégias de inovação.

RESPOSTA - DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RESPOSTA - DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	